

INTRODUÇÃO

Algo de fundamental parece haver-se modificado, no último quarto de século, no modo como funciona o capitalismo. Na década de 1970, muitos falaram em crise. Na de 1980, a maioria falou em reestruturação e reorganização. Na de 1990, já não temos certeza de que a crise dos anos 70 foi realmente solucionada, e começou a se difundir a visão de que a história do capitalismo talvez esteja num momento decisivo.

Nossa tese é a de que, de fato, a história do capitalismo está atravessando um momento decisivo, mas essa situação não é tão sem precedentes quanto poderia parecer à primeira vista. Longos períodos de crise, reestruturação e reorganização — ou seja, de mudanças com descontinuidade — têm sido muito mais típicos da história da economia capitalista mundial do que os breves momentos de expansão generalizada por uma via de desenvolvimento definida, como a que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960. No passado, esses longos períodos de mudança com descontinuidade terminaram em reorganizações da economia capitalista mundial sobre bases novas e mais amplas. Nossa investigação tem como meta primordial identificar as condições sistêmicas em que uma reorganização desse tipo pode ocorrer e, caso ela ocorra, como ela pode se dar.

Desde, aproximadamente, a década de 1970, têm sido fartamente observadas as mudanças no modo como funciona o capitalismo, em termos locais e globais. Embora a exata natureza dessas mudanças ainda seja objeto de alguma controvérsia, o fato de que significam algo fundamental é o tema comum de uma bibliografia que se multiplica com rapidez.

Tem havido mudanças na configuração espacial dos processos de acumulação de capital. Na década de 1970, a tendência predominante parecia ser a de uma relocação desses processos, que se deslocavam de países e regiões de alta renda para os de baixa renda (Fröbel, Heinrichs e Kreye, 1980; Bluestone e Harrison, 1982; Massey, 1984; Walton, 1985). Na década de 1980, ao contrário, parecia estar em curso uma nova centralização do capital nos países e regiões de alta renda (Gordon, 1988). Seja qual for a direção do movimento, desde a década de 1970 a tendência é de aumento da mobilidade geográfica do capital (Sassen, 1988; Scott, 1988; Storper e Walker, 1989).

Isso está estreitamente associado a mudanças na organização dos processos de produção e de troca. Alguns autores afirmaram que a crise da produção em massa de tipo “fordista” — baseada em sistemas de máquinas especializadas, operando no interior de empresas gigantescas, com integração vertical e administração burocrática — criou oportunidades singulares para o ressurgimento de sistemas de “especialização flexível”, baseados na produção artesanal de pequenos lotes, executada em unidades empresariais de pequeno e médio portes, e coordenada por processos de troca através do mercado (Piore e Sable, 1984; Sable e Zeitlin, 1985; Hirst e Zeitlin, 1991). Outros concentraram-se na regulamentação legal das atividades geradoras de renda e observaram o quanto a crescente “formalização” da vida econômica — ou seja, a proliferação de restrições legais sobre a organização dos processos de produção e de troca — gerou progressivamente uma tendência oposta para a “informalização”, isto é, a proliferação de atividades geradoras de renda que contornam a regulamentação legal através deste ou daquele tipo de formação de empresas “pessoais” ou “familiares” (Lomnitz, 1988; Portes, Castells e Benton, 1989; Feige, 1990; Portes, 1994).

Superpondo-se parcialmente a essa bibliografia, numerosos estudos seguiram os passos da “escola da regulação” francesa, interpretando as atuais mudanças no modo de funcionamento do capitalismo como uma crise estrutural do que eles denominam de “regime de acumulação” fordista-keynesiano (para uma resenha, ver Boyer, 1990; Jessop, 1990; Tickell e Peck, 1992). Esse regime é considerado uma fase particular do desenvolvimento capitalista, caracterizada por investimentos em capital fixo que criam uma capacidade potencial para aumentos regulares da produtividade e do consumo em massa. Para que esse potencial se realize, são necessárias uma política e uma ação governamentais adequadas, bem como instituições sociais, normas e hábitos comportamentais apropriados (o “modo de regulação”). O “keynesianismo” é descrito como o modo de regulação que permitiu que o regime fordista emergente realizasse todo o seu potencial. E este, por sua vez, é concebido como a causa fundamental da crise da década de 1970 (Aglietta, 1979b; De Vroey, 1984; Lipietz, 1987; 1988).

A maioria dos “regulacionistas” é agnóstica quando se trata de prever qual será o sucessor do fordismo-keynesianismo ou, a rigor, de saber se algum dia haverá outro regime de acumulação com um modo apropriado de regulação. Num espírito similar, mas usando um arcabouço conceitual diferente, Claus Offe (1985) e, mais explicitamente, Scott Lash e John Urry (1987) falaram do fim do “capitalismo organizado” e da emergência do “capitalismo desorganizado”. Consideram que o aspecto central do “capitalismo organizado” — a administração e a regulação consciente das economias nacionais por hierarquias empresariais e funcionários de governo — está ameaçado por uma desconcentração e descentralização crescentes dos poderes das corporações, tanto no plano espacial como no funcio-

nal, que deixam os processos de acumulação de capital num estado de “desorganização” aparentemente irremediável.

Discordando dessa ênfase na desintegração do capitalismo contemporâneo, e não em sua coesão, David Harvey (1989) sugere que, na verdade, o capitalismo talvez esteja em meio a uma “transição histórica” do fordismo-keynesianismo para um novo regime de acumulação, que ele chama provisoriamente de “acumulação flexível”. Entre 1965 e 1973, diz Harvey, tornaram-se cada vez mais evidentes as dificuldades que o fordismo e o keynesianismo enfrentam para manter sob controle as contradições intrínsecas do capitalismo: “À primeira vista, a melhor maneira de captar essas dificuldades seria com uma palavra: rigidez.” Teria havido problemas com a rigidez dos investimentos de longo prazo e em larga escala nos sistemas de produção em massa, com a rigidez dos mercados e contratos de trabalho regulamentados, e com a rigidez dos compromissos estatais com programas de seguridade social e de defesa.

Por trás de todos esses traços específicos de rigidez, havia uma configuração muito pesada e aparentemente fixa do poder político e das relações recíprocas, que atou em larga escala as grandes massas de trabalhadores, o grande capital e o governo no que cada vez mais se assemelhou a um nó disfuncional de interesses adquiridos, definidos de forma tão estrita que mais fizeram minar do que garantir a acumulação de capital. (Harvey, 1989, p. 142)

A tentativa dos governos norte-americano e britânico de manter o surto de crescimento econômico do após-guerra, através de uma política monetária extraordinariamente frouxa, teve algum sucesso no fim da década de 1960, mas surtiu efeitos adversos no começo da seguinte. Os sinais de rigidez aumentaram ainda mais, o crescimento real cessou, houve perda de controle sobre as tendências inflacionárias, e o sistema de taxas de câmbio fixas, que havia sustentado e regulado a expansão do após-guerra, entrou em colapso. Desde então, todas as nações têm estado à mercê da disciplina financeira, seja pelos efeitos da fuga de capitais, seja por pressões institucionais diretas. “Sempre houve, é claro, um equilíbrio delicado entre os poderes financeiros e estatais no capitalismo, mas a desarticulação do fordismo-keynesianismo significou uma evidente guinada para um aumento de poder do capital financeiro frente ao Estado nacional” (Harvey, 1989, p. 145, 168).

Essa guinada, por sua vez, levou a uma “explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, ligada à ascensão de sistemas muito sofisticados de coordenação financeira em escala global”. É esse “extraordinário desabrochamento e transformação dos mercados financeiros” que Harvey, não sem certa hesitação, toma como a verdadeira novidade do capitalismo nas décadas de 1970 e 1980 e como o traço fundamental do regime emergente de “acumulação flexível”. O remanejamento espacial dos processos de produção e acumulação, o ressurre-

gimento da produção artesanal e das redes empresariais pessoais/familiares e a disseminação de coordenações via mercado, em detrimento do planejamento empresarial e governamental, tudo isso, na opinião de Harvey, são diferentes faces da passagem para o novo regime de acumulação flexível. Entretanto, ele se inclina a vê-las como expressões da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo (Harvey, 1989, p. 191-194).

Harvey tem plena consciência de como é difícil teorizar a transição para a acumulação flexível — presumindo-se que seja realmente isso que o capitalismo vem experimentando — e aponta diversos “dilemas teóricos”.

Será possível apreender a lógica, senão a necessidade, dessa transição? Até que ponto as formulações teóricas, passadas e presentes, sobre a dinâmica do capitalismo têm que ser modificadas, à luz das reorganizações e reestruturações radicais que vêm ocorrendo nas forças produtivas e nas relações sociais? Poderemos retratar o regime atual suficientemente bem para ter uma ideia do curso e das implicações prováveis do que parece ser uma revolução em andamento? A transição do fordismo para a acumulação flexível [...] trouxe sérias dificuldades para diversas teorias. [...] O único ponto aceito por todos é que alguma coisa significativa se alterou no modo como o capitalismo tem funcionado a partir de, aproximadamente, 1970. (Harvey, 1989, p. 173)

As indagações que geraram este estudo são semelhantes às de Harvey. Mas as respostas são buscadas numa investigação das tendências atuais à luz de padrões de repetição e evolução que abarcam todo o curso do capitalismo histórico como sistema mundial. Uma vez que ampliemos dessa maneira o horizonte espaço-temporal de nossas observações e conjecturas teóricas, tendências que pareciam inéditas e imprevisíveis começam a afigurar-se familiares.

O ponto de partida de nossa investigação foi a afirmação de Fernand Braudel, de que as características essenciais do capitalismo histórico em sua *longue durée* — isto é, durante toda a sua existência — foram a “flexibilidade” e o “ecletismo” do capital, e não as formas concretas assumidas por ele em diferentes lugares e épocas:

Permitam-me enfatizar aquilo que me parece ser um aspecto essencial da história geral do capitalismo: sua flexibilidade ilimitada, sua capacidade de mudança e de *adaptação*. Se há, segundo creio, uma certa unidade no capitalismo, da Itália do século XIII até o Ocidente dos dias atuais, é aí, acima de tudo, que essa unidade deve ser situada e observada. (Braudel, 1982, p. 433, grifo no original)

Em certos períodos, inclusive períodos longos, o capitalismo de fato pareceu “especializar-se”, como no século XIX, quando se “deslocou tão espetacularmente para o novo mundo da indústria”. Essa especialização levou “os historiadores em geral [...] a encararem a indústria como o desabrochamento final, que teria dado ao capitalismo sua ‘verdadeira’ identidade”. Mas essa é uma visão de curto prazo:

[Após] a explosão inicial da mecanização, o tipo mais avançado de capitalismo retornou ao ecletismo — a uma indivisibilidade de interesses, por assim dizer —, como se a típica vantagem de estar no alto comando da economia, tanto hoje quanto na época de Jacques Coeur (o magnata do século XIV), consistisse precisamente em *não* ter que estar restrito a uma única opção, em ser eminentemente adaptável e, por conseguinte, não especializado. (Braudel, 1982, p. 381, grifo no original; tradução corrigida conforme indicado em Wallerstein, 1991, p. 213)

Parece-me que esses trechos podem ser lidos como uma reafirmação da fórmula geral de Karl Marx para o capital: DMD'. O capital-dinheiro (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D' representa a *ampliação* da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha.

Assim entendida, a fórmula de Marx nos diz que não é como um fim em si que os agentes capitalistas investem dinheiro em combinações específicas de insumo-produto, com perda concomitante da flexibilidade e da liberdade de escolha. Ao contrário, eles o fazem como um *meio* para chegar à finalidade de assegurar uma flexibilidade e liberdade de escolha ainda maiores num momento futuro. A fórmula também nos diz que, quando os agentes capitalistas não têm expectativa de aumentar sua própria liberdade de escolha, ou quando essa expectativa é sistematicamente frustrada, o capital *tende* a retornar a formas mais flexíveis de investimento — acima de tudo, à sua forma monetária. Em outras palavras, os agentes capitalistas passam a “preferir” a liquidez, e uma parcela incomumente grande de seus recursos tende a permanecer sob forma líquida.

Essa segunda interpretação está implícita na caracterização braudeliana da “expansão financeira” como um sintoma da maturidade de determinado desenvolvimento capitalista. Ao discutir a retirada dos holandeses do comércio em meados do século XVIII, para se transformarem nos “banqueiros da Europa”, Braudel sugere que essa retirada é uma tendência sistêmica recorrente em âmbito mundial. Antes, a mesma tendência se evidenciara na Itália do século XV, quando a oligarquia capitalista genovesa passou das mercadorias para a atividade bancária, e na segunda metade do século XVI, quando os *nobili vecchi* genoveses, fornecedores oficiais de empréstimos ao rei da Espanha, retiraram-se gradualmente do comércio. Seguindo os holandeses, essa tendência foi reproduzida pelos ingleses no fim do século XIX e início do século XX, quando o fim da “fantástica aventura da revolução industrial” criou um excesso de capital monetário (Braudel, 1984, p. 242-243, 246).

Depois da igualmente fantástica aventura do chamado fordismo-keynesianismo, o capital dos Estados Unidos tomou um rumo semelhante nas décadas de 1970 e 1980. Braudel não discute a expansão financeira da nossa época, que ga-

nhou impulso depois de ele haver concluído sua trilogia *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. Não obstante, podemos facilmente reconhecer nesse “renascimento” recente do capital financeiro mais um exemplo do retorno ao “ecletismo” que, no passado, esteve associado ao amadurecimento de algum grande desenvolvimento capitalista: “[Todo] desenvolvimento capitalista desse tipo, ao atingir o estágio de expansão financeira, parece anunciar, em certo sentido, sua maturidade: [é] *um sinal do outono*” (Braudel, 1984, p. 246, grifo nosso).

Portanto, a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD’) pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD’). Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD’). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD’).

Nossa investigação é, essencialmente, uma análise comparativa dos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação, numa tentativa de identificar (1) os padrões de recorrência e evolução, que se reproduzem na atual fase de expansão financeira e reestruturação sistêmica, e (2) as anomalias da atual fase de expansão financeira, que podem levar a um rompimento com padrões anteriores de recorrência e evolução. Serão identificados quatro ciclos sistêmicos de acumulação, cada qual caracterizado por uma unidade fundamental do agente e estrutura primários dos processos de acumulação de capital em escala mundial: um ciclo genovês, do século XV ao início do XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do século XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira. Como se vê por essa periodização aproximada e preliminar, os ciclos sistêmicos consecutivos de acumulação se superpõem e, embora adquiram uma duração progressivamente mais curta, todos duram mais de um século: daí a ideia de “século longo”, que será tomada como unidade temporal básica na análise dos processos mundiais de acumulação de capital.

Esses ciclos são totalmente diferentes dos “ciclos seculares” (ou curvas logísticas de preços) e dos ciclos (mais curtos) de Kondratieff, a que Braudel conferiu tanta importância. Os ciclos seculares e os de Kondratieff são constructos empíricos cuja base teórica é incerta, derivados da observação das flutuações de longo prazo nos preços das mercadorias (para um levantamento da literatura pertinen-

te, ver Barr, 1979; Goldstein, 1988). Os ciclos seculares têm algumas semelhanças notáveis com nossos ciclos sistêmicos: somam um total de quatro, todos duram mais de um século, e se tornam progressivamente mais curtos (Braudel, 1987, p. 78). Entretanto, os ciclos seculares de preços e os ciclos sistêmicos de acumulação são completamente assíncronos entre si. A expansão financeira tem igual probabilidade de surgir no começo, no meio ou no fim de um ciclo secular (de preços) (ver figura 10 à p. 219).

Braudel não tenta conciliar essa discrepância entre sua datação das expansões financeiras — na qual se baseia nossa periodização dos ciclos sistêmicos de acumulação — e sua datação dos ciclos seculares (de preços). Tampouco o faremos nós. Confrontados com uma escolha entre esses dois tipos de ciclos, optamos pelos ciclos sistêmicos, porque eles são indicadores muito mais válidos e fidedignos do que é especificamente capitalista no sistema mundial moderno do que os ciclos seculares ou os de Kondratieff.

Na verdade, não há consenso na literatura sobre o que indicam as flutuações de preços a longo prazo — quer as do tipo logístico ou as de Kondratieff. Elas certamente não são indicadores fidedignos das contrações e expansões do que quer que haja de especificamente capitalista no moderno sistema mundial. A lucratividade e o domínio do capital sobre os recursos humanos e naturais podem diminuir ou aumentar tanto nas fases de contração quanto nas de expansão. Tudo depende da fonte de onde provém a concorrência que leva os preços para cima ou para baixo. Quando são os próprios “capitalistas”, como quer que sejam definidos, que competem com maior (ou menor) intensidade do que seus fornecedores e clientes “não capitalistas”, a lucratividade baixa (ou sobe) e o domínio do capital sobre os recursos diminui (ou aumenta), independentemente de haver uma tendência global de subida ou de queda dos preços.

Tampouco a logística de preços e os ciclos de Kondratieff parecem ser fenômenos especificamente capitalistas. É interessante notar que, na síntese de Joshua Goldstein sobre as constatações empíricas e as justificações teóricas dos estudos das ondas longas, a noção de “capitalismo” não desempenha papel algum. Ele verifica estatisticamente que as ondas longas dos preços e da produção são basicamente “explicadas” pela severidade do que ele chama de “guerras das grandes potências”. Quanto ao capitalismo, a questão de sua emergência e expansão situa-se inteiramente fora do âmbito de sua investigação (Goldstein, 1988, p. 258-274, 286).

A questão da relação entre a ascensão do capitalismo e as oscilações dos preços a longo prazo tem perturbado os estudos do sistema mundial desde sempre. Nicole Bousquet (1979, p. 503) considerou “embaraçoso” que a logística de preços tenha antecedido em muito o ano de 1500. Pela mesma razão, Albert Bergesen (1983, p. 78) perguntou a si mesmo se a logística de preços “representa a dinâmica do feudalismo ou do capitalismo, ou ambas”. Até a China Imperial pa-

rece haver experimentado ciclos do mesmo tipo dos da Europa (Hartwell, 1982; Skinner, 1985). E, mais inquietante do que tudo, Barry Gills e André Gunder Frank (1992, p. 621-622) sustentaram que “os ciclos rítmicos e as tendências seculares fundamentais do sistema mundial devem ser reconhecidos como existentes há uns 5 mil anos, em vez dos quinhentos que têm sido convencionados nas abordagens do sistema mundial e das ondas longas”.

Em suma, a ligação entre os ciclos seculares de Braudel e a acumulação *capitalista* de capital não tem um claro fundamento lógico ou histórico. A ideia dos ciclos sistêmicos de acumulação, ao contrário, deriva diretamente da ideia braudeliana do capitalismo como a camada superior “não especializada” da hierarquia do mundo do comércio. Nessa camada superior é que se fazem os “lucros em larga escala”. Nela, os lucros não são grandes apenas porque a camada capitalista “monopoliza” as atividades econômicas mais lucrativas; mais importante ainda é o fato de que a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação (Braudel, 1982, p. 22, 231, 428-430).

Tal como na fórmula *geral* de Marx sobre o capital (DMD’), aquilo que, na definição braudeliana do capitalismo, faz com que um agente ou uma camada social sejam capitalistas não é sua predisposição a investir num dado produto (p. ex., a força de trabalho) ou esfera de atividade (p. ex., a indústria). Um agente é capitalista em virtude do fato de seu dinheiro ser sistemática e persistentemente dotado da “capacidade de multiplicar-se” (expressão de Marx), seja qual for a natureza das mercadorias e atividades específicas que constituem, num dado momento, o meio contingente. A noção de ciclos sistêmicos de acumulação, que deduzimos da observação histórica braudeliana das expansões financeiras reiteradas, é uma decorrência lógica dessa relação estritamente instrumental do capitalismo com o mundo do comércio e da produção, e vem enfatizá-la. Ou seja, as expansões financeiras são tomadas como sintomáticas de uma situação em que o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto as negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista. Nessa situação, o capital investido no comércio e na produção tende a retornar a sua forma monetária e a se acumular mais diretamente, como na fórmula marxista abreviada (DD’).

Os ciclos sistêmicos de acumulação, ao contrário da logística de preços e dos ciclos de Kondratieff, são, portanto, fenômenos intrinsecamente capitalistas. Apontam para uma continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital nos tempos modernos. Mas também constituem rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo dos séculos. Tal como algumas conceituações dos ciclos de Kondratieff

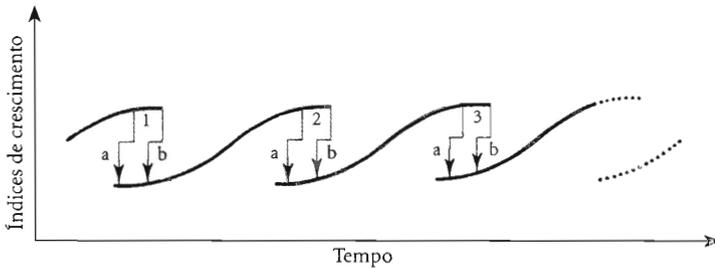


Figura 1. O modelo de metamorfose de Mensch. (Fonte: Mensch, 1979, p. 73)

— como as de Gerhard Mensch (1979), David Gordon (1980) e Carlota Perez (1983) —, nossos ciclos destacam a alternância de fases de mudanças contínuas e fases de mudanças descontínuas.

Assim, nossa sequência de ciclos sistêmicos parcialmente superpostos tem uma estreita semelhança formal com o “modelo de metamorfose” do desenvolvimento socioeconômico de Mensch. Este autor (1979, p. 73) abandona “a ideia de que a economia se desenvolveu em ondas, defendendo a teoria de que ela evoluiu por uma série de impulsos inovadores intermitentes, que assumem a forma de ciclos sucessivos em forma de S” (figura 1). O modelo menschiano retrata fases de crescimento estável num rumo bem definido, alternando-se com fases de crise, reestruturação e turbulência, que acabam recriando as condições do crescimento estável.

O modelo de Mensch refere-se primordialmente ao crescimento e às inovações em determinadas indústrias ou em determinadas economias nacionais e, como tal, não tem uma importância imediata para nossa investigação. Não obstante, a ideia de ciclos compostos de fases de mudanças contínuas, que seguem uma via única, alternando-se com fases de mudanças descontínuas, que vão de uma via para outra, está implícita em nossa sequência de ciclos sistêmicos de acumulação. A diferença é que, em nosso modelo, o que se “desenvolve” não é uma determinada indústria ou economia nacional, mas a economia mundial capitalista como um todo, ao longo de toda a sua existência. Assim, mostraremos que as fases DM, de expansão material, consistem em fases de mudanças contínuas, durante as quais a economia capitalista mundial cresce por uma única via de desenvolvimento. E veremos que as fases MD', de expansão financeira, consistem em fases de mudanças descontínuas, durante as quais o crescimento pela via estabelecida já atingiu ou está atingindo seus limites e a economia capitalista mundial “se desloca”, através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via.

Historicamente, o crescimento por uma única via de desenvolvimento e as guinadas de uma via para outra não têm sido um simples resultado inintencional dos inúmeros atos autonomamente praticados, numa dada época, pelos indivíduos e pelas múltiplas comunidades em que se divide a economia mundial.

As expansões e reestruturações da economia capitalista mundial têm ocorrido, antes, sob a liderança de determinadas comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais, singularmente bem posicionados para tirar proveito das consequências não pretendidas dos atos de outros agentes. O que entendemos por regime de acumulação em escala mundial são as estratégias e estruturas mediante as quais esses agentes preponderantes promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial. O principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade.

Toda esta construção apoia-se na visão braudeliiana, nada convencional, da existência de uma relação ligando a criação e a reprodução ampliada do capitalismo histórico, como sistema mundial, aos processos de formação de Estados, de um lado, e de formação de mercados, de outro. A visão convencional das ciências sociais, do discurso político e dos meios de comunicação de massa é que capitalismo e economia de mercado são mais ou menos a mesma coisa, e que o poder do Estado é oposto a ambos. Braudel, ao contrário, encara a emergência e a expansão do capitalismo como absolutamente dependentes do poder estatal, constituindo-se esse sistema na antítese da economia de mercado (cf. Wallerstein, 1991, cap. 14-15).

Mais especificamente, Braudel concebeu o capitalismo como a camada superior de uma estrutura em três patamares, na qual, “como em todas as hierarquias, as [camadas] superiores não poderiam existir sem os estágios inferiores de que dependem”. A camada mais inferior — e, até muito recentemente, a mais ampla — é a de uma economia extremamente elementar e basicamente autossuficiente. Na falta de expressão melhor, ele denominou essa camada de *vida material*, “a camada da não economia, o solo em que o capitalismo crava suas raízes, mas no qual nunca consegue realmente penetrar” (Braudel, 1982, p. 21-22, 229):

Acima [dessa camada mais baixa] vem o campo favorecido da *economia de mercado*, com suas muitas comunicações horizontais entre os diferentes mercados: aqui, uma certa medida de coordenação automática costuma ligar a oferta, a demanda e os preços. Depois, ao longo dessa camada, ou melhor, acima dela, vem a zona do *antimercado*, onde circulam os grandes predadores e vigora a lei da selva. Este — hoje como no passado, antes e depois da revolução industrial — é o verdadeiro lar do *capitalismo*. (Braudel, 1982, p. 229-230, grifo nosso)

Uma economia *mundial* de mercado, no sentido de muitas comunicações horizontais entre os diferentes mercados, emergiu das profundezas da camada fundamental de vida material muito antes que o capitalismo-como-sistema-mundial se elevasse acima da camada da economia de mercado. Como mostrou

Janet Abu-Lughod (1989), um sistema frouxo — mas, ainda assim, claramente reconhecível — de comunicações horizontais entre os principais mercados da Eurásia e da África já estava instaurado no século XIII. E, por tudo o que sabemos, é bem possível que Gills e Frank estejam certos em sua afirmação de que esse sistema de comunicações horizontais realmente emergiu vários milênios antes.

Como quer que seja, a questão que concerne diretamente a nossa pesquisa não é quando e como uma economia mundial de mercado ergueu-se acima das estruturas primordiais da vida cotidiana, mas quando e como o capitalismo ergueu-se acima das estruturas da economia mundial de mercado preexistente e, com o correr do tempo, adquiriu seu poder de moldar de maneira nova os mercados e as vidas do mundo inteiro. Como assinalou Braudel (1984, p. 92), a metamorfose da Europa no “monstruoso modelador da história mundial” em que ela se transformou depois de 1500 não foi uma simples transição. Foi, antes, “uma série de etapas e transições, datando a primeira delas de muito antes do que se costuma conhecer como ‘o’ Renascimento do fim do século XV”.

O momento mais decisivo dessa série de transições não foi a proliferação de elementos ligados à iniciativa capitalista na Europa. Elementos desse tipo haviam aparecido em todo o sistema de comércio eurasiático e de modo algum eram peculiares ao Ocidente:

Em toda parte, do Egito ao Japão, encontramos autênticos capitalistas, atacadistas, gente que vivia da renda do comércio, e seus milhares de ajudantes — os agentes comerciais, corretores, cambistas e banqueiros. Qualquer desses grupos de mercadores seria comparável a seus equivalentes ocidentais no que diz respeito a técnicas, possibilidades ou formas de caução para as trocas. Dentro e fora da Índia, os mercadores de Tamil, Bengala e Gujerat formavam sociedades unidas por vínculos estreitos, com os negócios e contratos passando de um grupo para outro, em movimento, tal como aconteceria, na Europa, dos florentinos para os lucaneses, os genoveses, os alemães do sul ou os ingleses. Houve até, nos tempos medievais, reis mercadores no Cairo, em Aden e nos portos do golfo Pérsico. (Braudel, 1984, p. 486)

Em parte alguma, com exceção da Europa, esses componentes do capitalismo fundiram-se na poderosa mescla que impeliu as nações europeias à conquista territorial do mundo e à formação de uma economia mundial capitalista poderosíssima e verdadeiramente global. Por essa perspectiva, a transição realmente importante, que precisa ser elucidada, não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. E o aspecto mais importante dessa transição é a fusão singular do Estado com o capital, que em parte alguma se realizou de maneira mais favorável ao capitalismo do que na Europa:

O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, *quando é o Estado*. Em sua primeira grande fase, a das cidades-estados italianas de Veneza, Gênova

va e Florença, o poder estava nas mãos da elite endinheirada. Na Holanda do século XVII, a aristocracia dos Regentes governou em benefício dos negociantes, mercadores e emprestadores de dinheiro, e até de acordo com suas diretrizes. Do mesmo modo, na Inglaterra, a Revolução Gloriosa de 1688 marcou uma ascensão dos negócios semelhante à da Holanda. (Braudel, 1977, p. 64-65, grifo nosso)

O anverso desse processo foi a competição interestatal pelo capital circulante. Como assinalou Max Weber em sua *Wirtschaftsgeschichte*,* tanto na Antiguidade quanto no fim da Idade Média as cidades europeias foram as sementeiras do “capitalismo político”. Em ambos os períodos, a autonomia dessas cidades sofreu uma erosão progressiva em decorrência de estruturas políticas mais amplas. Não obstante, enquanto na Antiguidade essa perda de autonomia representou o fim do capitalismo político, no início dos tempos modernos ela significou a expansão do capitalismo para um novo tipo de sistema mundial:

Na Antiguidade, a liberdade das cidades foi eliminada por um imperialismo mundial burocraticamente organizado, dentro do qual já não havia lugar para o capitalismo político. [...] [Em] contraste com a Antiguidade, [as cidades, na era moderna,] ficaram sob o poder de Estados nacionais concorrentes, numa situação de luta perpétua pelo poder, na paz ou na guerra. Essa luta competitiva criou as mais amplas oportunidades para o moderno capitalismo ocidental. Os estados, separadamente, tiveram que competir pelo capital circulante, que lhes ditou as condições mediante as quais poderia auxiliá-los a ter poder. [...] Portanto, foi o Estado nacional bem delimitado que proporcionou ao capitalismo sua oportunidade de desenvolvimento — e, enquanto o Estado nacional não ceder lugar a um império mundial, o capitalismo também persistirá. (Weber, 1961, p. 247-249, grifo nosso)

Ao frisar esse mesmo ponto em *Wirtschaft und Gesellschaft*,** Weber (1978, p. 353-354) sugeriu ainda que essa competição pelo capital circulante, entre “estruturas grandes, aproximadamente equivalentes e puramente políticas”, resultou

[...] na memorável aliança entre os Estados em ascensão e as forças capitalistas, disputadas e privilegiadas, que foi um fator fundamental para a criação do capitalismo moderno. [...] Nem o comércio nem as políticas monetárias dos Estados modernos [...] podem ser compreendidos sem essa singular competição e “equilíbrio” políticos entre os Estados europeus durante os últimos quinhentos anos.

Nossa análise irá reforçar essas observações, mostrando que a concorrência interestatal foi um componente crucial de toda e qualquer fase de expansão financeira, bem como um fator de vulto na formação dos blocos de organizações gover-

* Edição brasileira, *História geral da economia*, Editora Mestre Jou, São Paulo, 1968.

** Edição brasileira, *Economia e sociedade*, Editora Universidade de Brasília, 1991.

namentais e empresariais que conduziram a economia capitalista mundial por suas sucessivas fases de expansão material. Mas, numa restrição parcial à tese de Weber, nossa análise também mostrará que a *concentração* do poder nas mãos de determinados blocos de órgãos governamentais e empresariais foi tão essencial para as reiteradas expansões *materiais* da economia mundial capitalista quanto a concorrência entre estruturas políticas “aproximadamente equivalentes”. Como regra geral, as grandes expansões materiais só ocorreram quando um novo bloco dominante acumulou poder mundial suficiente para ficar em condições não apenas de contornar a competição interestatal, ou erguer-se acima dela, mas também de mantê-la sob controle, garantindo um mínimo de cooperação entre os Estados. O que impulsionou a prodigiosa expansão da economia mundial capitalista nos últimos quinhentos anos, em outras palavras, não foi a concorrência entre Estados como tal, mas essa concorrência aliada a uma concentração cada vez maior do poder capitalista no sistema mundial como um todo.

A ideia de uma concentração cada vez maior do poder capitalista no moderno sistema mundial está implícita num padrão assinalado por Karl Marx em *O capital*. Ao estudar o impulso que esteve na origem da expansão do capitalismo moderno, Marx, assim como Weber, atribuiu grande importância ao papel desempenhado pelo sistema de endividamento nacional, do qual Gênova e Veneza foram pioneiras no fim da Idade Média:

O endividamento nacional, isto é, a alienação do Estado — seja ele despótico, constitucional ou republicano — imprimiu sua marca na era capitalista. [...] Como pelo toque de uma vara de condão, [a dívida pública] confere ao dinheiro estéril capacidade de multiplicar-se e, com isso, transforma-o em capital, sem a necessidade de que ele se exponha aos problemas e riscos inseparáveis de seu emprego na indústria ou até na usura. Os credores do Estado, na verdade, não dão coisa alguma, pois a soma emprestada é transformada em títulos públicos, fáceis de negociar, que podem continuar funcionando em suas mãos tal como o faria o dinheiro sonante. (Marx, 1959, p. 754-745)

Tendo concentrado sua atenção nos aspectos domésticos da acumulação de capital, Marx não destacou a importância, sempre reiterada, das dívidas nacionais no contexto de um sistema de Estados que, lutando pelo poder, disputam entre si a ajuda dos capitalistas. Para Marx, a alienação dos ativos e das receitas futuras das nações foi apenas um aspecto da “acumulação primitiva” — a “acumulação prévia” de Adam Smith, “uma acumulação que não resulta do modo de produção capitalista, mas é seu ponto de partida” (Marx, 1959, p. 713). No entanto, Marx reconheceu a importância permanente das dívidas nacionais, não como a expressão da competição interestatal, mas como um meio de cooperação intercapitalista “invisível”, que “iniciou” repetidas vezes a acumulação de capital no espaço-tempo da economia mundial capitalista, desde seu início até os dias do próprio Marx:

Com a dívida nacional surgiu um sistema de crédito internacional, que amiúde oculta uma das fontes da acumulação primitiva deste ou daquele povo. Assim, as vilanias do sistema veneziano de ladroagem formaram uma das bases secretas da riqueza da Holanda, a quem Veneza, em sua decadência, emprestara grandes somas em dinheiro. O mesmo se deu entre a Holanda e a Inglaterra. No início do século XVIII, [...] a Holanda deixara de ser a nação preponderante no comércio e na indústria. O empréstimo de imensas somas de capital, especialmente para sua grande rival, a Inglaterra, [tornou-se] então um de seus principais ramos de negócios. [E o] mesmo vem acontecendo hoje entre a Inglaterra e os Estados Unidos. (Marx, 1959, p. 755-756)

Marx, todavia, não reparou que a sequência de nações capitalistas dominantes, esboçada nessa passagem, era formada por unidades dotadas de dimensões, recursos e poderio mundial sempre crescentes. Todos esses quatro Estados — Veneza, as Províncias Unidas [Holanda], o Reino Unido e os Estados Unidos — foram grandes potências das sucessivas épocas durante as quais seus grupos dominantes desempenharam, ao mesmo tempo, o papel de líderes dos processos de formação do Estado e de acumulação de capital. Vistos em sequência, entretanto, esses quatro Estados parecem ter sido grandes potências em ordenamentos muito diferentes e cumulativos. Como detalharemos no decorrer deste estudo, os domínios metropolitanos de cada Estado citado nessa sequência abarcaram um território mais vasto e uma maior variedade de recursos que os de seu predecessor. E, o que é mais importante, à medida que a sequência progrediu, aumentaram a escala e o alcance das redes de poder e acumulação que permitiram aos Estados em questão reorganizar-se e controlar o sistema mundial em que operavam.

Assim, vê-se que a expansão do poder capitalista nos últimos quinhentos anos esteve associada não apenas à competição interestatal pelo capital circulante, como enfatizou Weber, mas também à formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que se realizava a acumulação de capital em escala mundial. Nos últimos quinhentos anos, essas duas condições fundamentais da expansão capitalista foram continuamente recriadas em paralelo. Todas as vezes que os processos de acumulação de capital em escala mundial, tal como instituídos numa dada época, atingiram seus limites, seguiram-se longos períodos de luta interestatal, durante os quais o Estado que controlava ou passou a controlar as fontes mais abundantes de excedentes de capital tendeu também a adquirir a capacidade organizacional necessária para promover, organizar e regular uma nova fase de expansão capitalista, de escala e alcance maiores do que a anterior.

Em geral, a conquista dessas aptidões organizacionais resultou muito mais de vantagens de posicionamento, na configuração espacial cambiante da economia capitalista mundial, do que da inovação em si. Braudel (1977, p. 66-67) chegou a dizer que a inovação não desempenhou papel algum nas sucessivas mudanças

espaciais que alteraram os centros dos processos sistêmicos de acumulação: “Amsterdã copiou Veneza, tal como Londres viria posteriormente a copiar Amsterdã e como Nova York, um dia, copiaria Londres.” Como veremos, esse processo de imitação foi muito mais complexo do que está indicado na simples sequência aqui esboçada. Veremos que cada mudança esteve associada a uma verdadeira “revolução organizacional” nas estratégias e estruturas do agente preponderante da expansão capitalista. Não obstante, a afirmação de Braudel de que a mudança refletiu “a vitória de uma nova região sobre uma antiga”, combinada com “uma vasta mudança de escala”, será mantida.

Os centros em declínio tentavam apropriar-se de uma parte dos enormes excedentes acumulados nos novos centros, em ascensão, enviando capital para estes, tal como Marx observou. Fluxos desse tipo caracterizaram todas as expansões financeiras do passado. Mas a expansão financeira atual desvia-se desse padrão.

Como iremos documentar no Epílogo, a expansão atual assistiu a um crescimento explosivo do Japão e de outros países menores do leste asiático, que se transformaram num novo centro dos processos mundiais de acumulação de capital. No entanto, houve poucas provas, na década de 1980, de um grande fluxo de capital do centro em declínio para esse centro emergente. Ao contrário. Depois de citarem a passagem em que Marx descreve o apoio “secreto” dado pelos líderes decadentes dos processos de acumulação de capital a seus sucessores, Joel Kotkin e Yoriko Kishimoto (1988, p. 123) assinalaram: “Numa espantosa inversão da frase de Marx, os Estados Unidos não estão seguindo o padrão de outros impérios exportadores de capital (Veneza, Holanda e Grã-Bretanha), mas estão agora atraindo uma nova onda de investimentos do exterior.” Na opinião dos autores, essa inversão se deve primordialmente à atração exercida sobre o capital estrangeiro pela relativa falta de controle dos norte-americanos sobre as atividades empresariais estrangeiras, pela população crescente dos Estados Unidos, pelas dimensões físicas do país, por seus vastos recursos e por sua “condição de potência continental mais rica e mais desenvolvida do mundo”. Dando um apoio parcial a essa afirmação, eles relatam a opinião de Hiroshi Takeuchi, principal economista de um banco japonês e um “conhecido nacionalista econômico”, para quem os Estados Unidos têm escala e recursos que o Japão jamais possuirá. Como resultado, os excedentes japoneses fluíram para os Estados Unidos, exatamente como tinham feito os excedentes britânicos no fim do século XIX. “O papel japonês consistirá em auxiliar os Estados Unidos, exportando nosso dinheiro para reconstruir a economia de vocês. Essa é a prova de que nossa economia é fundamentalmente fraca. O dinheiro vai para a América porque vocês são fundamentalmente fortes” (citado em Kotkin e Kishimoto, 1988, p. 122-123).

A opinião de Takeuchi sobre o poderio japonês em relação ao dos Estados Unidos é essencialmente idêntica à expressada por Samuel Huntington num seminário sobre o Japão, realizado em Harvard em 1979. Como narra Bruce

Cumings (1987, p. 64), quando Ezra Vogel abriu o seminário, dizendo que “fico realmente muito inquieto quando reflito sobre as consequências da ascensão do poderio japonês”, a resposta de Huntington foi que, na verdade, o Japão era “um país extraordinariamente fraco”. Suas deficiências mais fundamentais eram “energia, alimentos e segurança militar”.

Essa avaliação baseia-se na visão convencional de que o poder interestatal consiste primordialmente nas dimensões relativas, na autossuficiência e nas forças militares. Tal visão desconsidera totalmente o fato de que a “tecnologia de poder” do capitalismo — para tomarmos uma expressão de Michael Mann (1986) — tem sido muito diferente da do territorialismo. Como frisou Weber nos trechos citados acima, e como nossa investigação irá consubstanciar, a competição pelo capital circulante entre estruturas políticas de grande porte, mas aproximadamente equivalentes, tem sido o fator mais essencial e duradouro na ascensão e expansão do poder capitalista na era moderna. A menos que levemos em conta os efeitos dessa competição sobre o poder das nações concorrentes e sobre o poder das organizações estatais e não estatais que as auxiliam economicamente nessa luta, nossas avaliações das relações de força do sistema mundial estarão fadadas a ser fundamentalmente falhas. A capacidade de algumas cidades-estados italianas, ao longo de vários séculos, de se manterem militarmente avançadas e de exercerem influência política nas grandes potências territoriais da Europa do fim da era medieval e início da era moderna seria tão incompreensível quanto o súbito colapso e desintegração, no fim da década de 1980 e início da de 1990, da maior, mais autônoma e segunda maior potência militar de nossa época, a União Soviética.

Não foi por acidente que a aparente inversão da frase de Marx, assinalada por Kotkin e Kishimoto, ocorreu em meio a uma súbita escalada da corrida armamentista e da luta político-ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética — a “segunda Guerra Fria” de Fred Halliday (1986). Também não foi por acaso que a expansão financeira das décadas de 1970 e 1980 atingiu seu momento de maior esplendor exatamente na época dessa escalada. Parafraseando Marx, foi nessa época que a “alienação” do Estado norte-americano prosseguiu com mais rapidez do que nunca; e, parafraseando Weber, foi nessa época que a competição pelo capital circulante entre as duas maiores estruturas políticas do mundo criou uma nova e extraordinária oportunidade de autoexpansão para o capitalismo.

O fluxo de capital do Japão para os Estados Unidos, no começo da década de 1980, deve ser visto nesse contexto. Considerações políticas inspiradas pela dependência e subordinação do Japão ao poder dos Estados Unidos decerto desempenharam um papel crucial na promoção do auxílio do capital japonês aos Estados Unidos na escalada da luta pelo poder, como Takeuchi parece deixar implícito. No entanto, como mostraram os acontecimentos posteriores, as considerações políticas foram inseparáveis das considerações de lucro.

Sob esse aspecto, o fluxo de capital do Japão para os Estados Unidos não foi tão anômalo quanto julgaram Kotkin e Kishimoto. Foi um tanto análogo à assistência financeira que a potência capitalista ascendente (os Estados Unidos) deu à potência capitalista decadente (o Reino Unido) nas duas guerras mundiais. Os confrontos entre Inglaterra e Alemanha, ao contrário do confronto entre Estados Unidos e União Soviética na década de 1980, foram “quentes”, em vez de “frios”. Mas as exigências financeiras de ambos e os lucros esperáveis do “apoio” ao vencedor, ainda assim, foram comparáveis.

A principal diferença entre a assistência financeira norte-americana à Grã-Bretanha nas duas guerras mundiais e a assistência financeira japonesa aos Estados Unidos na “segunda Guerra Fria” está nos resultados. Enquanto os Estados Unidos colheram imensos benefícios, o Japão não o fez. Como veremos no capítulo 4, as duas guerras mundiais e suas consequências foram momentos decisivos na redistribuição dos bens da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, apressando o deslocamento da liderança dos processos sistêmicos de acumulação de capital. Durante e depois da “segunda Guerra Fria”, ao contrário, não houve redistribuição equiparável. Na verdade, o Japão provavelmente nunca recuperou seu dinheiro.

As maiores perdas foram consequência da queda do valor do dólar norte-americano depois de 1985. O dinheiro tomado de empréstimo em dólares supervalorizados foi pago, com os respectivos juros, em dólares subvalorizados. As perdas impostas ao capital japonês pela desvalorização foram de tal monta que o empresariado e o governo do Japão retiraram seu apoio financeiro, antes incondicional, ao governo dos Estados Unidos. Em meados de 1987, os investidores privados japoneses inverteram seu movimento de exportação de capital para os Estados Unidos, pela primeira vez desde o início da década de 1980. E, depois do craque da bolsa em outubro de 1987, o ministro das Finanças japonês nada fez para estimular os intermediários financeiros a apoiarem o importante leilão da dívida pública norte-americana, realizado em novembro seguinte (Helleiner, 1992, p. 434).

As dificuldades enfrentadas pelo Japão para exercer seu crescente domínio sobre o capital excedente, a fim de redistribuir ativos do controle norte-americano para o japonês, não foram um simples resultado do poder, historicamente sem precedentes, da atuação conjunta dos órgãos públicos e privados dos Estados Unidos na manipulação da procura e da oferta, das taxas de juros e das taxas de câmbio nos mercados financeiros mundiais. A aquisição de bens materiais nos Estados Unidos teve suas próprias dificuldades. No que concerne ao capital japonês, a potência continental mais rica e desenvolvida do mundo revelou não ser tão desprovida de controle sobre os negócios externos quanto supuseram Kotkin e Kishimoto.

Esse “controle” tem sido mais informal do que formal, mas nem por isso é menos real. Houve barreiras culturais, do tipo que encontrou sua melhor síntese

na reação histórica desencadeada na e pela mídia norte-americana quando o capital japonês comprou o Rockefeller Center, na cidade de Nova York. Como as compras japonesas de propriedades nos Estados Unidos eram pouco importantes em comparação com as europeias, canadenses e australianas, essa reação transmitiu a compradores e vendedores a mensagem de que o dinheiro japonês não tinha exatamente o mesmo “direito” de adquirir bens norte-americanos que o dinheiro de estrangeiros de origem europeia.

Se os meios de comunicação de massa foram os principais protagonistas na construção de barreiras culturais à transferência de ativos norte-americanos para o capital japonês, o governo dos Estados Unidos desempenhou seu papel na construção de barreiras políticas. Ele acolheu de bom grado o dinheiro japonês para financiar seu déficit e sua dívida públicos e para montar instalações de produção que criassem empregos nos Estados Unidos e reduzissem o déficit do balanço de pagamentos norte-americano. Mas desestimulou vivamente a compra, por esse mesmo dinheiro, de empresas lucrativas estrategicamente sensíveis. Assim, em março de 1987, os protestos do secretário da Defesa, Caspar Weinberger, e do secretário do Comércio, Malcolm Baldrige, convenceram a Fujitsu de que seria prudente recuar de sua tentativa de assumir o controle da Fairchild Semiconductor Corporation. No entanto, como comentou Stephen Krasner (1988, p. 29), “a Fairchild era de propriedade da companhia francesa Schlumberger, de modo que não se tratava simplesmente de uma questão de propriedade estrangeira”.

O que as barreiras culturais e políticas não conseguiram deter, as barreiras à entrada de capital, embutidas na própria estrutura do capitalismo norte-americano, conseguiram. As complexidades da vida das corporações dos Estados Unidos revelaram-se barreiras mais insuperáveis à entrada do dinheiro japonês do que a hostilidade cultural e a desconfiança política. As maiores aquisições japonesas já ocorridas nos Estados Unidos — a compra da Columbia Pictures pela Sony, em 1989, e a da MCA pela Matsushita, no ano seguinte — fracassaram completamente em seus objetivos. Quando foi fechado o negócio com a Sony, a mídia teve uma reação exagerada, e a capa da *Newsweek* falou numa “invasão” japonesa de Hollywood. No entanto, como escreveu Bill Emmott no *The New York Times* (26 de novembro de 1993),

[...] passaram-se menos de dois anos para que ficasse claro que o pânico e a hipérbole tinham provocado uma percepção equivocada. [...] [A] “invasão” japonesa das empresas norte-americanas não foi nada disso. Até as melhores companhias japonesas cometeram erros espetaculares e dispendiosos, e não assumiram o controle nem sequer das firmas que adquiriram, muito menos da cultura e da tecnologia. (Ver também Emmott, 1993)

Em síntese, a verdadeira anomalia das relações nipo-americanas durante a atual expansão financeira não está no fato de o capital japonês haver fluído para os

Estados Unidos no início da década de 1980, mas no de o capital japonês ter-se beneficiado tão pouco da assistência econômica prestada aos Estados Unidos na escalada final da Guerra Fria contra a antiga União Soviética. Será essa anomalia o sintoma de uma mudança fundamental nos mecanismos da competição interestatal pelo capital circulante que impulsionaram e sustentaram a expansão do poder capitalista nos últimos seiscentos anos?

Esses mecanismos têm um claro limite intrínseco. O poder capitalista no sistema mundial não pode expandir-se indefinidamente sem minar a concorrência interestatal pelo capital circulante em que se apoia tal expansão. Mais cedo ou mais tarde, chega-se a um ponto em que as alianças entre os poderes do Estado e do capital, firmadas em resposta a essa concorrência, tornam-se tão impressionantes que eliminam a própria competição e, por conseguinte, a possibilidade de emergência de novas potências capitalistas de ordem superior. Será que as dificuldades enfrentadas pelas estruturas emergentes do capitalismo japonês, para tirar proveito da competição interestatal pelo capital circulante, são um sintoma de que esse ponto foi ou está prestes a ser atingido? Ou, reformulando a pergunta, será que as estruturas do capitalismo norte-americano constituem o limite máximo do processo de seis séculos através do qual o poder capitalista atingiu sua escala e alcance atuais, que parecem tudo abranger?

Na busca de respostas plausíveis a essas perguntas, a visão complementar de Weber e de Marx sobre o papel das altas finanças na era moderna deve ser suplementada pelo que Adam Smith percebeu no processo de formação do mercado mundial. Como fez Marx depois dele, Smith viu nos “descobrimientos” europeus da América e de uma passagem para as Índias Orientais, através do cabo da Boa Esperança, um momento decisivo na história mundial. No entanto, foi muito menos otimista do que Marx quanto aos benefícios últimos desses acontecimentos para a humanidade:

Suas consequências já foram enormes; mas, no curto período de dois a três séculos transcorrido desde que se fizeram esses descobrimientos, é impossível que se tenha visto toda a extensão dessas consequências. Que benefícios ou infortúnios podem doravante resultar desses acontecimentos para a humanidade, nenhum saber humano é capaz de prever. Por unirem, em certa medida, as partes mais distantes do mundo, por lhes permitirem satisfazer suas necessidades recíprocas, aumentar seu deleite umas com as outras e estimular mutuamente suas indústrias, sua tendência geral parece ser benéfica. Entretanto, para os nativos das Índias Orientais e Ocidentais, todos os benefícios comerciais que poderiam resultar desses acontecimentos naufragaram e se perderam em pavorosos sofrimentos. Esses sofrimentos, contudo, mais parecem ter provindo de um acidente do que de qualquer coisa que estivesse na própria natureza desses acontecimentos em si. Na época específica em que se fizeram essas descobertas, a *superioridade de força* era tão grande, favorecendo os europeus, que lhes facultou praticar com impunidade toda sorte de

injustiças nesses países remotos. Doravante, talvez os nativos desses países possam fortalecer-se, ou os da Europa se enfraquecer, e talvez os habitantes de todas as diferentes regiões do mundo possam chegar à igualdade de coragem e força que, por inspirar um temor mútuo, é a única coisa capaz de intimidar a injustiça dos países independentes, levando-os a ter um pouco de respeito pelos direitos uns dos outros. Mas nada parece mais tendente a estabelecer essa igualdade de forças do que a mútua transmissão de conhecimentos e de toda sorte de aperfeiçoamentos que o amplo comércio de todos os países entre si, naturalmente, ou melhor, necessariamente, traz em seu bojo. (Smith, 1961, v. II, p. 141, grifo nosso)

O processo esquematizado nesse trecho exhibe algumas notáveis semelhanças com a visão braudeliana da formação de uma economia mundial capitalista: as venturas do Ocidente conquistador e as desventuras do não Ocidente conquistado como efeitos conjuntos de um processo histórico singular; o longo horizonte temporal necessário para descrever e avaliar as consequências desse processo; e, o que é mais importante para nosso objetivo atual, a centralidade da “força” na determinação da forma como se distribuem custos e benefícios entre os participantes da economia de mercado.

Smith, é claro, não usou o termo “capitalismo”, que só foi introduzido no vocabulário das ciências sociais no século XX. Contudo, sua avaliação de que a “superioridade de força” foi o mais importante fator a permitir que o Ocidente conquistador se apropriasse da maioria dos benefícios — e impusesse ao não Ocidente conquistado a maioria dos custos — da economia de mercado ampliada que se estabeleceu em decorrência dos chamados “descobrimientos” aponta no mesmo sentido da avaliação braudeliana de que a fusão entre o Estado e o capital foi o ingrediente vital da emergência de uma camada claramente capitalista por sobre a camada da economia de mercado e em antítese a ela. Como veremos no capítulo 3, no esquema de Smith só é possível manter os lucros em larga escala, por um prazo indefinido, através de práticas restritivas escoradas no poder estatal, que cerceiam e rompem o funcionamento “natural” da economia de mercado. Nesse esquema, como no de Braudel, a camada superior de comerciantes e fabricantes, “que comumente emprega os maiores capitais e que, por sua riqueza, atrai para si a maior parcela de consideração pública” (Smith, 1961, v. I, p. 278), é o verdadeiro “antimercado”, o *contre-marché* de Braudel.

Todavia, as concepções de Braudel e de Smith sobre a relação entre a economia de mercado e sua antítese capitalista diferem num aspecto importante. Para Braudel, essa relação é fundamentalmente estática. Ele não percebe nem prevê nenhuma síntese emergindo da luta entre a “tese” e a “antítese”. Smith, ao contrário, vê essa síntese emergindo da redução da desigualdade de forças, sob o impacto do próprio processo de formação do mercado mundial. Como indica a última frase do trecho citado, Smith achava que a ampliação e o aprofundamento das

trocas na economia mundial de mercado agiria como um igualador irrefreável das relações de força entre o Ocidente e o não Ocidente.

Uma concepção mais dialética dos processos históricos não é, necessariamente, mais exata do que uma visão menos dialética. Como se constatou, a desigualdade de forças entre o Ocidente e o não Ocidente mais fez aumentar do que diminuir durante mais de 150 anos depois que Smith formulou a tese do impacto corrosivo dos processos de formação do mercado mundial sobre a superioridade de força do Ocidente. A formação do mercado mundial e a conquista militar do não Ocidente avançaram *pari passu*. Na década de 1930, só o Japão havia escapado integralmente às desventuras da conquista ocidental, exatamente porque se tornou, ele próprio, um membro honorário do Ocidente conquistador.

E então, durante e depois da Segunda Guerra Mundial, a roda girou. Em toda a Ásia e África, antigos poderes soberanos foram restabelecidos e muitos novos se criaram. Sem dúvida, a descolonização maciça foi acompanhada pelo estabelecimento do aparato mais extenso e potencialmente destrutivo de força ocidental que o mundo jamais vira. Como observou Krasner (1988, p. 21), a imensa rede de bases militares ultramarinas quase permanentes, instaurada pelos Estados Unidos durante e depois da Segunda Guerra Mundial, “não teve precedentes históricos; anteriormente, nenhuma nação havia baseado suas tropas no território soberano de outros países em números tão vastos e por um período tão longo de paz”. E, ainda assim, nos campos de batalha da Indochina, esse aparato militar de âmbito mundial revelou-se insuficiente para a tarefa de dobrar à sua vontade uma das nações mais pobres da Terra.

A exitosa resistência do povo vietnamita marcou o apogeu de um processo iniciado pela Revolução Russa de 1917, mediante o qual o Ocidente e o não Ocidente foram reposicionados numa configuração tripartite, composta de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos. Enquanto o não Ocidente histórico foi quase inteiramente agrupado no Terceiro Mundo, o Ocidente histórico cindiu-se em três componentes distintos. Os mais prósperos (a América do Norte, a Europa Ocidental e a Austrália), acrescidos do Japão, passaram a constituir o Primeiro Mundo. Um de seus componentes menos prósperos (a União Soviética e a Europa Oriental) passou a constituir o Segundo Mundo, e um outro (a América Latina) juntou-se ao não Ocidente para compor o Terceiro Mundo. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a Guerra do Vietnã, em parte como causa e em parte como efeito dessa cisão tripartite do Ocidente histórico, o não Ocidente pareceu viver um processo de afirmação de seu próprio destino.

Escrevendo para o bicentenário da publicação de *A riqueza das nações*, e pouco depois de os Estados Unidos decidirem retirar-se do Vietnã, Paolo Sylos-Labini (1976, p. 230-232) especulou sobre a hipótese de que a visão de Smith estivesse prestes a se realizar. Ele se indagou se finalmente chegara o momento em que “os habitantes de todas as diferentes regiões do mundo [teriam atingi-

do] a igualdade de coragem e força que, por inspirar um temor mútuo, é a única coisa capaz de intimidar a injustiça dos países independentes, levando-os a ter um pouco de respeito pelos direitos uns dos outros”. A conjuntura econômica também parecia indicar que era iminente uma certa equiparação das relações de força no sistema mundial como um todo. Era grande a demanda pelos recursos naturais dos países do Terceiro Mundo, bem como por sua mão de obra abundante e barata. Agentes dos banqueiros do Primeiro Mundo faziam fila nas antessalas dos governos do Terceiro Mundo (e do Segundo), oferecendo a preços módicos o capital ultra-abundante que não conseguia encontrar investimentos lucrativos em seus países de origem. Os termos de intercâmbio voltaram-se claramente contra o Ocidente capitalista, e a defasagem da renda entre os países do Primeiro e do Terceiro Mundos parecia estar-se reduzindo.

Em seis anos, no entanto, havia ficado claro que era, no mínimo, prematura qualquer esperança (ou temor) de uma equiparação iminente das oportunidades de os povos do mundo se beneficiarem do processo continuado de formação do mercado mundial. A competição norte-americana pelo capital circulante nos mercados monetários mundiais, para financiar a “segunda Guerra Fria” e a “compra” de votos nas eleições internas, através de reduções de impostos, fez secar de repente a oferta de recursos aos países do Terceiro e Segundo Mundos e provocou uma grande contração do poder aquisitivo mundial. Os termos de intercâmbio voltaram a ser favoráveis ao Ocidente capitalista, com a mesma rapidez e clareza com que se haviam voltado contra ele na década de 1970. A defasagem da renda entre o Ocidente capitalista e o resto do mundo tornou-se mais acentuada do que nunca (Arrighi, 1991).

Entretanto, a súbita inversão não restabeleceu o *statu quo ante*. Por um lado, a superioridade de força do Ocidente capitalista pareceu ter-se tornado maior do que nunca. Desnorteada e desorganizada pela crescente turbulência da economia mundial e pressionada pela “segunda Guerra Fria”, a União Soviética foi espremida para fora dos “negócios das superpotências”. Em vez de dispor de duas superpotências para jogar uma contra a outra, os países do Terceiro Mundo passaram a ter que competir com os fragmentos do império soviético pelo acesso aos mercados e recursos do Ocidente capitalista. E este, sob a liderança dos Estados Unidos, tomou medidas rápidas para tirar proveito da situação e acentuar seu “monopólio” global *de facto* do uso legítimo da violência.

Por outro lado, a superioridade de força e a acumulação capitalista do capital pareceram ter mais divergências geopolíticas do que nunca. O declínio do poderio soviético equiparou-se à emergência do que Bruce Cumings (1993, p. 25-26) apropriadamente denominou de “arquipélago capitalista” do leste e sudeste asiáticos. Esse arquipélago compõe-se de várias “ilhas” de capitalismo, que se elevam sobre um “mar” de trocas horizontais entre os mercados locais e mundiais, através da centralização, dentro de seus domínios, de lucros em larga escala e ativida-

des de alto valor adicionado. Abaixo desse “mar” ficam as massas trabalhadoras, imensas, baratas e extremamente industriosas de todas as regiões do leste e sudeste asiáticos, nas quais as “ilhas” capitalistas fincam suas raízes, mas sem lhes fornecer os meios necessários para que subam até ou acima do “nível do mar”.

O Japão é, sem sombra de dúvida, a maior dessas “ilhas” capitalistas. As “ilhas” menores do arquipélago capitalista são as cidades-estados de Cingapura e Hong Kong, o país-fortaleza que é Formosa e o semiestado nacional da Coreia do Sul. Nenhum desses Estados é poderoso pelos padrões convencionais. Hong Kong nem sequer atingiu — e é provável que nunca atinja — a plena soberania. Os três países maiores — Japão, Coreia do Sul e Formosa — são totalmente dependentes dos Estados Unidos, não só para obter proteção militar, mas também para conseguir grande parte de seu abastecimento de energia e alimentos e para exportar com lucro seus produtos industrializados. Contudo, coletivamente, a competitividade do arquipélago capitalista do leste e sudeste asiáticos, a nova “oficina do mundo”, é o mais importante fator isolado a forçar os centros tradicionais de poder capitalista — a Europa Ocidental e a América do Norte — a reestruturar e reorganizar suas próprias indústrias, suas próprias economias e seu próprio estilo de vida.

Que tipo de poder é esse, que até o olhar de um especialista tem dificuldade em avaliar? Será ele um novo tipo de “superioridade de força” ou, antes, o começo do fim da superioridade de força sobre a qual se erigiram, nos últimos quinhentos anos, os destinos capitalistas do Ocidente? Estará a história capitalista prestes a terminar, mediante a formação de um imperialismo mundial realmente global, baseado na permanente superioridade de força do Ocidente, como pareceu considerar Max Weber, ou irá ela encerrar-se através da formação de uma economia mundial de mercado em que a superioridade de força do Ocidente desapareça, como pareceu considerar Adam Smith?

Na busca de respostas plausíveis para essas perguntas, avançaremos por aproximações sucessivas. O capítulo 1 concentra-se no processo de formação e expansão do moderno sistema interestatal como *locus* primário do poder mundial. Os primórdios desse processo serão rastreados até a formação, no fim da Europa medieval, de um subsistema de cidades-estados capitalistas na Itália meridional. Esse subsistema era e continuou a ser um enclave do modo desintegrador de governo da Europa medieval — uma forma de despotismo submetida ao poder sistêmico dual do papa e do imperador, e por este poder conservada. Ainda assim, prefigurou e criou, inintencionalmente, as condições de emergência, dois séculos depois, do sistema de Vestfália, um sistema mais amplo de Estados nacionais.

Em seguida, a expansão global desse sistema será descrita como composta de uma série de transições, no correr das quais o sistema, tal como previamente instituído, desarticulou-se, apenas para ser reconstituído em bases sociais mais

amplas. Esta análise preliminar termina no fim do século XX, com a crise no Sistema Vestfaliano, aumentado e totalmente transformado. No diagnóstico dos sintomas da crise atual, será formulado um novo programa de pesquisas que se concentra mais diretamente no “espaço-de-fluxos” das organizações empresariais do que no “espaço-de-lugares” dos governos. É nesse ponto que começará nossa construção e comparação dos ciclos sistêmicos de acumulação.

A análise comparativa através da qual os ciclos sistêmicos de acumulação serão construídos segue o método que Philip McMichael (1990) chamou de “comparação incorporada”. Os ciclos não são presumidos, mas construídos, factual e teoricamente, com o objetivo explícito de obter algum entendimento da lógica e do desfecho provável da atual expansão financeira. A comparação é *incorporada* na própria definição do problema pesquisado: constitui a essência, e não o contexto da investigação. Os ciclos que emergem da investigação não são partes subordinadas de um todo preconcebido, nem tampouco exemplos independentes de uma situação; são exemplos interligados de um *único* processo histórico de expansão capitalista, que eles mesmos constituem e modificam.

O capítulo 2 trabalha os primeiros dois exemplos desse processo histórico único da expansão capitalista, os ciclos genovês e holandês. O capítulo 3 acrescenta um novo estágio ao processo, definindo o terceiro ciclo (britânico) e comparando-o com os dois primeiros. A seção que encerra o capítulo explicita e busca uma explicação plausível para o padrão de recorrência e evolução revelado pela análise comparativa dos três primeiros ciclos. Assim, prepara-se o cenário para a construção, no capítulo 4, do quarto ciclo sistêmico de acumulação (norte-americano), retratado como um produto dos ciclos precedentes e como a matriz de nossa época. No epílogo, voltaremos às questões que levantamos nesta introdução.

Essa reconstrução da história capitalista tem seu próprio limite. A noção de ciclo sistêmico de acumulação, como observamos, deriva diretamente da ideia braudeliana do capitalismo como a camada superior da hierarquia do mundo dos negócios. Nosso constructo analítico, portanto, concentra-se nessa camada superior e fornece uma visão limitada do que se passa na camada intermediária, a da economia de mercado, e na camada inferior, a da vida material. Esse é, simultaneamente, o ponto forte e o ponto fraco do constructo. É seu ponto forte porque a camada superior é “o verdadeiro lar do capitalismo” e, ao mesmo tempo, é menos transparente e menos explorada do que a camada intermediária, a da economia de mercado. A transparência das atividades que constituem a camada da economia de mercado e a profusão de dados (sobretudo quantitativos) gerados por essas atividades fizeram dessa camada intermediária a “arena privilegiada” da sociologia histórica e da economia. As camadas abaixo e acima da economia de mercado, ao contrário, são “zonas de opacidade” (*zones d’opacité*). A camada inferior, a da vida material, é “difícil de visualizar, por falta de docu-

mentos históricos adequados”. A camada superior, em contraste, é difícil de visualizar por causa da efetiva invisibilidade ou da complexidade das atividades que a constituem (Braudel, 1981, p. 23-24; Wallerstein, 1991, p. 208-209).

Nesse nível elevado, um punhado de negociantes ricos da Amsterdam do século XVIII ou da Gênova do século XVI podia, à distância, lançar setores inteiros da economia europeia ou até mundial na confusão. Alguns grupos de atores privilegiados enveredavam por circuitos e maquinações de que as pessoas comuns nada sabiam. O comércio exterior, por exemplo, que estava ligado a movimentações comerciais distantes e aos arranjos complicados do crédito, era uma arte sofisticada, acessível apenas a uns poucos iniciados, quando muito. Para mim, essa segunda zona de opacidade, que paira acima do mundo ensolarado da economia de mercado e constitui seu limite superior, por assim dizer, representa o campo privilegiado do capitalismo. [...] Sem essa zona, o capitalismo é impensável: é nela que ele reside e prospera. (Braudel, 1981, p. 24)

Os ciclos sistêmicos de acumulação pretendem lançar alguma luz sobre essa zona de sombras, sem a qual “o capitalismo é impensável”. Eles não pretendem nos dizer o que acontece nas camadas inferiores, exceto no que é diretamente pertinente à dinâmica dos próprios ciclos sistêmicos. Isso, é claro, deixa muita coisa fora do campo visual ou mesmo na escuridão, inclusive terrenos privilegiados dos estudos dos sistemas mundiais: as relações centro-periferia e capital-trabalho. Mas não se pode fazer tudo ao mesmo tempo.

Marx (1959, p. 176) convidou-nos a “abandonar por algum tempo [a] esfera ruidosa [da circulação], onde tudo acontece às claras e à vista de todos os homens, para acompanhar [o dono do dinheiro e o dono da força de trabalho] até o domicílio oculto da produção, em cuja soleira somos confrontados com os dizeres ‘É proibida a entrada, exceto a negócios’”. Ali, prometeu, “finalmente desvendaremos o segredo da geração do lucro”. Braudel também nos convidou a deixar por algum tempo a esfera ruidosa e transparente da economia de mercado e a acompanhar o dono do dinheiro até outro domicílio oculto, onde só se é admitido a negócios, mas que fica um andar acima, e não um andar abaixo do mercado. Ali, o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político. E ali, prometeu Braudel, desvendaremos o segredo da obtenção dos grandes e sistemáticos lucros que permitiram ao capitalismo prosperar e se expandir “indefinidamente” nos últimos quinhentos ou seiscentos anos, antes e depois de suas incursões nos domicílios ocultos da produção.

Esses são projetos complementares, e não alternativos. Todavia, não podemos ir ao mesmo tempo aos andares superior e inferior. Gerações de historiadores e sociólogos aceitaram o convite de Marx e exploraram extensamente o andar térreo. Ao fazê-lo, talvez não tenham descoberto “o” segredo da geração de lucros na fase industrial do capitalismo, mas decerto descobriram muitos de seus segredos. Depois, os teóricos e praticantes da dependência e do sistema mundial convida-

ram-nos a dar outra espiada no andar intermediário da economia de mercado, para ver como suas “leis” tendem a polarizar os domicílios ocultos da produção em locais centrais e periféricos. Desse modo, novos segredos da geração de lucros foram desvendados. Mas poucos se aventuraram pelo andar superior do “anti-mercado”, onde, nas palavras da hipérbole de Braudel, “circulam os grandes predadores e vigora a lei da selva”, e onde se afirma que estão escondidos os segredos da *longue durée* do capitalismo histórico.

Hoje — quando o capitalismo mundial parece estar prosperando, não por cravar mais fundo suas raízes nas camadas inferiores da vida material e da economia de mercado, mas por arrancá-las — é um momento tão bom quanto qualquer outro para aceitar o convite de Braudel e explorar o verdadeiro lar do capitalismo, no andar superior da casa dos negócios. Isso, e apenas isso, é o que estamos prestes a fazer.

Daí decorre que nossa construção é parcial e meio inconclusiva. Parcial porque busca um entendimento da lógica da atual expansão financeira, abstraindo os movimentos que prosseguem por força própria e as leis dos níveis das economias de mercado mundiais e das civilizações materiais do mundo. E meio inconclusiva pela mesma razão. A lógica da camada superior tem apenas uma relativa autonomia das lógicas das camadas inferiores e só pode ser plenamente compreendida em relação a essas outras lógicas.

Sem dúvida, à medida que nossa construção for avançando, o que a princípio talvez se afigure uma mera contingência histórica começará a parecer refletir uma lógica estrutural. Mas a tensão entre esses dois tipos de aparências não pode ser plenamente resolvida dentro dos limites de nosso projeto de pesquisa. Uma resolução completa da tensão — se isso é possível — exige que tornemos a descer para explorar as camadas inferiores, da economia de mercado e da vida material, com os conhecimentos e indagações trazidos da viagem que este livro empreende pela camada superior.